



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL
Conselho dos Direitos da Mulher

ATA

QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO 2021

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, foi realizada a quarta reunião da nova composição da Comissão Técnica de Orçamento e Planejamento do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, tendo como pauta: 1- Informes; 2- Análise do Ofício Nº 51, de Resposta da SMDF; 3. Encerramento. A reunião presencial iniciou, com a presença da Secretária de Estado da Mulher e Presidente do Conselho Ericka Filippelli. Com as conselheiras da Sociedade Civil: Vilma Alves (CMCB); Vilmara Pereira do Carmo (CUT). Com a Dra. Cíntia Costa da Silva e sua assessora Anne Araújo Comber Correia, do Núcleo dos Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios-MPDFT. Com a presença da Rejane Parente Subsecretária de Administração Geral e Alexandre Henrique Pereira Pedroso, chefe da unidade de gestão de planejamento, projeto e finanças . E com a Secretária Executiva do CDM-DF, Michelle Abrantes. A Secretária Ericka Filippelli inicia a reunião ressaltando a importância do diálogo sobre o planejamento e orçamento da Secretaria da Mulher e ressalta as conquistas que esta secretaria já obteve nesses anos desde que assumiu a pasta e passa a palavra para o senhor Alexandre Pedroso para resposta aos questionamentos do Ofício Número 51/2021 enviado ao gabinete. O senhor Alexandre inicia respondendo questão a questão: 1- Existe previsão de incorporação dos convênios celebrados com a União, SICONV 89155 e 904187, no orçamento da Secretária da Mulher no exercício de 2021? Resposta: A este respeito cabe informar que a incorporação orçamentária ocorre, apenas, após o crédito financeiro, por parte da concedente. 2- Em relação aos contratos de repasses do SICONV nº 902397, 902398, 902399, 902403, que tratam sobre a Construção da Equipagem da Casa da Mulher Brasileiras nas diversas Regiões Administrativas do DF, qual a previsão de início de execução e incorporação dos valores relativos aos contratos de repasses? Resposta: conforme previsão contratual, a mandatária, no caso, a Caixa Econômica Federal, tem até 30/11/2021, para analisar e aprovar os projetos de construção das Casas. Após a aprovação, será efetuado o repasse do crédito financeiro e, posteriormente, a incorporação orçamentária. 3- A secretária da Mulher realizou algum acompanhamento da execução das emendas parlamentares distritais? Qual o percentual de execução atual? Resposta: a Secretaria realiza o acompanhamento permanente da execução das emendas parlamentares distritais. Até a presente data houve o desbloqueio de 7 emendas, sendo que duas já foram formalizadas e as demais em fase de instrução nas áreas finalísticas desta Pasta. 4- Existe alguma previsão de recebimento de recursos de orçamentário por parte de emendas parlamentares federais? Resposta: além dos convênios mencionados no primeiro questionamento, há previsão da liberação de emenda federal, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), que tem por objeto a aquisição de material permanente para as unidades de enfrentamento à violência contra as mulheres. 5. O Plano Plurianual 2020/2023, Lei nº 6.490/2020 atualizada, a ação 4213 referente ao Desenvolvimento de Ações relacionadas a Rede de enfrentamento à violência contra a Mulher, fls.425, consta a estimativa de dotação orçamentária de R\$ 555.360,00 para o exercício de 2021. Entretanto, verifica-se que no quadro de detalhamento de despesa desta Secretaria a dotação consta no valor de R\$ 196.049,86, ou seja, 65% menor que o previsto. Sabe-se que o art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, exige que haja compatibilidade entre as leis orçamentárias. Em vista do exposto, questiona-se se existe alguma previsão de aumento desta dotação orçamentária ainda neste exercício. Resposta: cabe esclarecer que a Secretaria possui dotação orçamentária em outras ações para a suplementação do valor estimado no PPA. Considerações: A compatibilidade de que trata a LRF refere-se às codificações e os títulos de programas e ações do PPA 2020-2023, conforme disposto no Lei nº 6.490/2020, artigos 4º e 5º, a seguir transcritos: capítulo III

da integração do plano plurianual com as leis orçamentárias anuais, Art. 4º As codificações e os títulos de programas e ações do PPA 2020-2023 aplicam-se às Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis Orçamentárias Anuais e as leis que as modifiquem. Art. 5º Os valores financeiros e as metas físicas estabelecidos para as ações do PPA 2020-2023 são estimativos, não constituindo limites à programação das despesas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais. Considerações: 1) Até o presente momento, a SMDF recebeu 11 emendas. Já houve o desbloqueio de 9 (duas emendas desbloqueadas após a resposta ao ofício); 2) das emendas desbloqueadas, 2 estão em fase de execução; 3) das emendas ainda bloqueadas, uma está em ajuste pelo Parlamentar e a outra não houve o encaminhamento do ofício de desbloqueio, pelo Parlamentar. Considerações: A resposta encaminhada obedece ao regramento de que trata o artigo 41, inciso II, alínea “b”, da Portaria Interministerial nº 424/2016 que “Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências”, que assim dispõe: II - a liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada ao: b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo concedente ou mandatária; e como ainda não houve a análise pela concedente, uma vez que o procedimento licitatório ainda não foi concluído, não foi feita a incorporação orçamentária. Ressaltou que o orçamento da Secretaria da Mulher 2021 é LOA: R\$ 36.500.000,00; empenhado: R\$ 18.117.000,00; Liquidado: R\$ 17.032.000,00; Disponível: R\$ 18.395.000,00. Previsão de execução orçamentária novembro/dezembro 2021: - Gastos com pessoal: R\$ 6.000.000,00; - Emendas Parlamentares Distritais R\$ 2.255.000,00; - 8 processos em fase de licitação/adesão a ARP Casa da Mulher Brasileira R\$ 2.500.000,00; - 13 Processos em fase de licitação/adesão a ARP (Fonte 100) R\$ 5.820.000,00. A senhora Rejane Parente ressalta que o processo de convênio tem um trâmite para realizar a licitação e com o fim da licitação acontece a incorporação definitiva. Quanto ao projeto que acontece nas escolas a previsão é chegar em 2022, depende da conclusão da licitação. O objeto foi afetado pela pandemia. A Jornada Zero precisará de adaptação. Houve atraso nas ações por conta das mudanças e ajustes pelo período da pandemia. A Secretária Ericka Filippelli ressalta que as Casas da Mulher Brasileira estão em andamento, somente a do Sol Nascente que está sendo analisada pois o terreno foi invadido, já estão sendo realizados os encaminhamentos e a articulação já está sendo feita com o Administrador da Ceilândia. Com a resposta formal a NOVACAP já está autorizada para execução. A senhora Anne Araújo questionou sobre os dados do SISCONEP que estariam em outro valor. O senhor Alexandre abriu o sistema e mostrou os dados que continham acesso para a secretaria da Mulher que não batiam com os dados apresentados pela senhora Anne Araújo. A senhora Anne ficou de analisar e questionar no sistema. O senhor Alexandre Henrique informou que a secretaria já liberou o caderno de emendas à Câmara Distrital. A senhora Vilmaria enfatizou que a sociedade civil vai fazer um levantamento dos deputados que não liberaram ainda as emendas e enviarão ofícios pedindo a desativação, acompanharão com os deputados essa liberação. A secretária Ericka Filippelli ressalta que esta secretaria é nova e que avançou muito recebendo um orçamento robusto, acredita que isso se deve às ações que são realizadas, isso dá força a ser apoiada, as ações de promoção da mulher com cursos práticos acontecem de forma estratégica para aliar as ações de enfrentamento contra a violência contra a Mulher. Quando ocorre um curso, ali a mulher aprende e também se sente à vontade para compartilhar alguma dor, assédio ou violência que venha sendo cometida contra ela. A secretária Ericka Filippelli também enfatizou que as emendas parlamentares distritais são obrigatórias desde que atendam administrativamente e juridicamente e tudo precisa estar no plano de ação do SISCONEP. O processo de licitação é lento. O que acredita estar ocorrendo é que este valor citado pela Anne Araújo pode estar contemplado em outra área ou secretaria na temática diversidade, talvez encontra a diferença deste valor aí. A secretária também citou vários programas que estão em andamento na SMDF. O programa Iris cedido pelo Mato Grosso do Sul, Acesso ao PJS e construção do cadastro único, os cursos gratuitos no Ela Pode, o programa Acolher, que é uma estratégia para acolher a mulher em situação de violência, a visita da carreta da mulher em festas e cidades para a busca ativa. O relatório de oportunidade Mulher enviaremos no grupo do Whatsapp. A secretária se colocou à disposição a outras reuniões caso necessário. A senhora Anne Araújo sugere que o Ministério Público inclua o painel de orçamento realizado por eles na secretaria, ficou acordado do contato com a secretaria para esta parceria e continuidade no plano de transparência da Secretaria da Mulher. A senhora Vilmaria sugere também que traga para a agenda da mulher temas sobre o planejamento reprodutivo, a lei do absorvente, ressalta a importância do diálogo com as mulheres de base para 2022 elas tenham mais informação e divulgação em massa dos programas e

projetos que a Secretaria realiza. Pede também que esse diálogo com a sociedade civil de estreite mais, para que a sociedade civil apoie mais as ações do governo. A senhora Cinthia Costa ressalta que o Ministério Público quer andar em conjunto com a Secretaria da Mulher e parabeniza este caminho de transparência que esta secretaria está traçando. A secretária se colocou à disposição a outras reuniões caso necessário e vislumbra para o CDM em 2022 a mobilização do Conselho Itinerante, a formação e acompanhamento das entidades civis que trabalham com a Mulher no DF e maior investimento na comunicação. Por fim, sanadas todas as dúvidas para o momento e realizadas as deliberações cabíveis, a senhora Ericka Filippelli declarou por encerrada a reunião. Nada mais a ser tratado, eu, Michelle Carneiro de Abrantes Silva redigi, lavrei e datei a presente ata. Assinada por mim e pelos(as) membros(as) do Conselho presentes na reunião.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti, 8º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

04011-00000227/2021-19

Doc. SEI/GDF 74381633